



HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA RURAL NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR ENTRE OS ANOS DE 1940 E 1980

Silvana Rodrigues Malheiro Huss
Universidade Estadual de Maringá - UEM (Brasil)
Endereço eletrônico: silvana.malheiro@gmail.com

Viviane De Oliveira Berloffia Caração
Universidade Estadual de Maringá - UEM (Brasil)
Endereço eletrônico: viviberloffia@hotmail.com

Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá - UEM (Brasil)
Endereço eletrônico: mcgmachado@uem.br

1538

A história da escola primária rural do município de Mandaguari- Pr, localizada no norte central do Paraná, constitui-se como problema central desta pesquisa, a qual tem como propósito compreender e analisar o processo de institucionalização, expansão, nucleação e fechamento das escolas rurais e sua relação com o processo de escolarização primária no norte central paranaense. O recorte temporal inicia-se em 1940, ano em que foi construído os prédios das primeiras escolas rurais e se estende até meados da década de 1980, com o fechamento dessas instituições.

Assim, o presente estudo está pautado na concepção de história como um processo dinâmico, a qual entende o estudo histórico “[...] como uma construção social, e não uma sucessão linear de fatos. Não se trata, portanto, de um desencadeamento incessante de causas e efeitos que se sucedem num dado espaço e tempo” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 36-37).

Nesse sentido, as instituições escolares representam o conjunto de múltiplas determinações de contextos políticos educacionais, visto que a singularidade do objeto não se explica pelo fato de sua existência ou pelo conjunto de características referentes a sua identidade pois, “[...] uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, frequentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela” (SANFELICE, 2013, p. 16).

Cabe destacar que a pesquisa encontra-se em andamento e englobará autores que se dedicam aos estudos nacionais e regionais sobre a escolarização primária rural, formação dos professores e aspectos sobre a institucionalização, expansão e nucleação das escolas rurais, dentre eles, destacamos os trabalhos de Guedes (2015), Ivashita



(2016), Faria (2017) e Lima (2016). Ademais, será analisada a legislação brasileira e os documentos oficiais do Arquivo Público do Estado do Paraná. Na esfera municipal, recorreremos aos documentos presentes no acervo da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari-Pr, tais como: atas de exames; decretos; quadro de professores; números de alunos; obras memorialistas; fontes iconográficas e depoimentos/memórias de professores que atuaram na escolarização primária rural de Mandaguari.

O município de Mandaguari, localizado no Norte do Paraná, foi colonizado pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP). A empresa possuía sede em Três Bocas, onde atualmente encontra-se a cidade de Londrina, e, nesse local, foram instalados os escritórios da empresa colonizadora, que objetiva vender e lucrar com a venda dos lotes em terras paranaenses.

Na década de 1930, o povoado Vitória, atual cidade de Mandaguari, caracterizava-se por habitações construídas de madeiras, cobertas de tabuinhas, sem ferro, construídas ao redor da Serraria Vitória, que se tornou local de trabalho e sustento das famílias visto que “[...] as casas foram nascendo conforme as necessidades dos moradores e não se observou o traçado correto que se espera de uma cidade. Já no ano de 1937, o povoado Vitória contava com 2 quarteirões de casas” (CAVALCANTI, 2007, p. 38).

A década de 1930 foi amplamente importante para a Companhia em termos de concretização de objetivos. A partir de Londrina, que nasce do patrimônio de Três Bocas, sendo transformado em município em 3 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº. 2519, foram criadas novas cidades, que nasciam como povoados de Londrina e logo se emancipavam. Numa sequência, podemos ver Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana e Mandaguari. Todas fundadas na década de 1930, mesmo que a emancipação de algumas, como Mandaguari, só ocorresse na década de 1940 (SILVA, 1982, p. 2).

Nesse contexto, vale relatar que o início do século XX caracteriza-se pelo “[...] debate de ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política” (SAVIANI, 2010, p. 177). Nesse período, tem-se a ideia de que a escola seria a responsável pela transformação dos “[...] indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos” (SAVIANI, 2010, p. 177).

Assim, a partir da década de 1930, foram construídas as primeiras instituições escolares, caracterizadas na maioria das vezes pela precariedade dos espaços, falta de professores, salas multisseriadas. Desse modo, o processo de escolarização



mandaguariense pode ser subdividido em dois momentos, a Educação Urbana, marcada pela construção do grupo escolar, e a Educação rural, que contava com 38 escolas isoladas.

As instituições rurais do município de Mandaguari, pertenciam ao Departamento da Educação, Cultura e Bem-Estar Social que mensalmente avaliavam/ examinavam os alunos e acompanhavam o desenvolvimento do plano curricular. Destarte, todas as escolas rurais mandaguariense possuíam um currículo uniforme, sendo reelaborado anualmente.

Em relação à organização do ensino, o conjunto de fontes evidenciam fatos característicos das instituições rurais, tais como: poucos professores com formação adequada; falta de concursos para professores; único professor (muitas vezes leigo) responsável pelo ensino multisseriado, preparo da merenda e limpeza da escola. Na cidade de Mandaguari, a maioria das escolas rurais sobreviveram até meados da década de 1980.

As escolas isoladas representavam um outro momento da educação e, comparadas aos grupos escolares, parecem desajustadas diante da racionalização e controle do trabalho nos grupos. Essas escolas não eram isoladas apenas no sentido de classes autônomas, mas enquanto unidades de funcionamento (ROSSI, 2008, p. 153).

Diante disso, é importante expressar que a escolarização primária rural é alvo de interesse por parte de diversos pesquisadores que objetivam investigar a história e historiografia brasileira e, em especial, a paranaense, pois tal escola foi considerada uma necessidade para a formação do homem civilizado e para a formação do trabalhador, o qual contribuiria com sua força de trabalho ao desenvolvimento econômico da sociedade.

Apesar do estudo estar em andamento, foi possível identificar que as escolas rurais foram criadas para atender à crescente demanda de alunos que viviam fora das cidades. Ademais, as escolas rurais possuíam características semelhantes às antigas escolas isoladas (que tiveram início no período imperial), onde podemos elencar os seguintes aspectos: o ensino não seriado, apenas um professor responsável por todos os anos, a professora, além de ministrar aulas, cuidava da limpeza e do preparo da merenda para os alunos.

É interessante destacar que na fase inicial deste estudo foram verificadas lacunas que podem ser investigadas por outros estudiosos sobre a escolarização primária



mandaguariense, tendo em vista a ampliação dos conhecimentos sobre a referida cidade e sua importância para a história local e brasileira, dentre elas, elencamos: a institucionalização e expansão das escolas primárias rurais; a estrutura e localização dos prédios escolares; as características do processo de ensino e aprendizagem; o currículo; a metodologia; a formação dos professores; inspetoria e avaliação dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Rurais em Mandaguari. Memória e Formação de Professores. História e Historiografia da Educação.

1541

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Afonso de Sousa. **Histórias que envolvem a Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Mandaguari**. Mandaguari, PR: Gráfica Visão, 2007.

FARIA, Thais Bento. **Paraná, Território de “Vocação Agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)**. 28/08/2017 290 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **Manuais Didáticos e a Formação de Professores nas Escolas Normais Paranaenses (1920-1960)**. 19/11/2015 218 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.

IVASHITA, Simone Burioli. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): representações de ensino, professor e escola rural'** 12/08/2016 160 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.

LIMA, Rosilene de. **Carneiro Leão e a Educação Rural Brasileira: um projeto cultural, político e modernizador (1909-1963)**. 192f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, PR, 2016.

RODRÍGUES, Margarita Victoria. Pesquisa Histórica: o trabalho com fontes documentais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (orgs). **Fontes e Métodos em História da Educação**. MS: Dourados, Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

ROSSI, Ednéia Regina. **Espaços autônomos e modernos de educar: A instituição de ensino elementar no início da República e a produção de uma cultura escolar**. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha (Orgs.). **Educação na História**. São Luís, MA: Editora UEMA, 2008. Parte I, pp.145 -164.

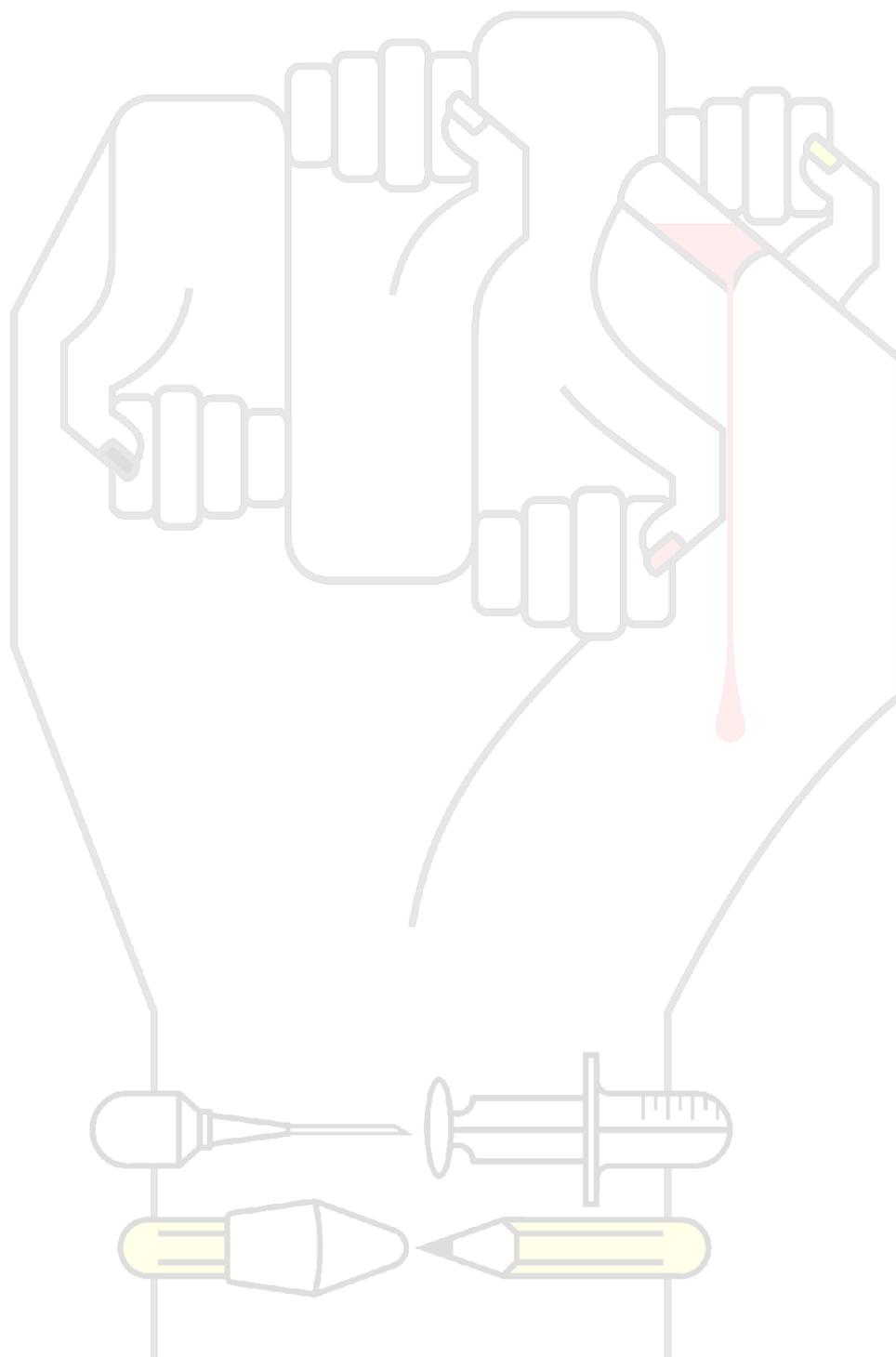
SANFELICE, J. L. **História das instituições escolares: desafios teóricos**. 2013. *Série- Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*.



SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. 474 p.

SILVA, José Adalberto Firmino. **Mandaguari e sua História**. Maringá, PR, 1982.

1542



Realização:



Apoio:

